

Advogados

BREVES

Tribunais

Magistratura desvaloriza contestação de desembargadores
O Conselho Superior de Magistratura (CSM) esclareceu que os critérios de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça estão fixados na lei. Este esclarecimento surge na sequência de uma notícia do DN, em que o desembargador Américo Marcelino denuncia a «existência de abusos de poder e favorecimento pessoal no interior do Conselho». O CSM defendeu-se, alegando que «num universo de 84 opositores à graduação do STJ foram apresentados sete recursos».

Protocolo

Simmons & Simmons associa-se ao Corporate Governance



Foi assinado o protocolo entre o Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e a Sociedade

Simmons & Simmons Rebelo de Sousa (na foto). O protocolo assinado vincula o Instituto Português de Corporate Governance a ter na Simmons & Simmons Rebelo de Sousa um interlocutor na área do 'corporate governance' durante os próximos cinco anos, esperando-se que ambas as instituições consigam dar mútua visibilidade nos eventos.

Seminário

Justiça e media em debate
Juizes e jornalistas vão debater esta semana as relações entre a Justiça e a comunicação social, no primeiro seminário do género organizado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O debate, que reunirá hoje e amanhã em Lisboa magistrados do Supremo e jornalistas da área da justiça, decorrerá à porta fechada para «permitir maior liberdade de expressão por parte de todos os participantes», realçou fonte do Supremo Tribunal de Justiça. A iniciativa, que será aberta pelo presidente do STJ, Aragão Seia, conta com a participação de António José Teixeira, Eduardo Dâmaso, António Henriques Gaspar, João de Sousa Fonte, Ricardo Costa, Fernando Pinto Monteiro e António Artur Rodrigues da Costa e Francisco Sarsfield Cabral.

Denúncia

Galeria dos Horrores já ultrapassou os 200 casos
A iniciativa lançada pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, já perfee as 200 denúncias. Os números resultam do apelo feito aos advogados na denúncia de casos e exemplos de mau funcionamento da Justiça - a Galeria dos Horrores. Com o objectivo de «dar um murro no estômago ao nosso conformismo e à nossa tendência para nos calarmos», nas palavras de José Miguel Júdice.

Eleições na Ordem dos Advogados

Marinho Pinto contra a actual massificação dos licenciados

António Marinho Pinto é o mais recente candidato não poupando críticas à magistratura.

Filipa Ambrósio de Sousa
fsousa@economica.iol.pt

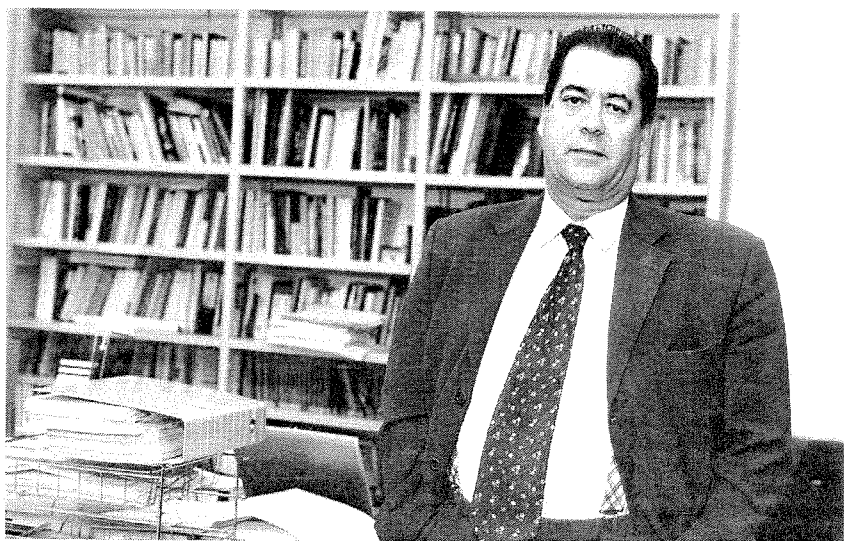
António Marinho Pinto é o novo candidato a bastonário da Ordem dos Advogados nas eleições marcadas para Dezembro deste ano. O advogado, e também jornalista, exerceu até Março deste ano o cargo de presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, e concorre com Rogério Alves, actual presidente do Conselho Distrital de Lisboa, e João Correia, actual vice-presidente de José Miguel Júdice.

«Quem começa agora na profissão e quem quer a mudança, não desespere que vai haver uma alternativa», afirmou o candidato ao Diário Económico. «Os dois candidatos são iguais, ramos da mesma árvore que é o actual bastonário José Miguel Júdice», acusa o advogado.

O candidato lançou um desafio aos advogados portugueses: «quem estiver satisfeito com o actual estado das coisas da Ordem, que vote nos dois candidatos, quem não está satisfeito e queira a mudança, já tem esta alternativa, porque tem de haver uma ruptura em relação às estruturas de servilismo e imobilismo da Ordem», afirma o advogado de Coimbra.

O programa, esse, será conhecido em Setembro, «porque quem tem ideias não tem pressa e prefiro ter um programa coerente porque não quero ser vedeta, nem quero politizar esta campanha», explica.

Várias reuniões foram já realizadas com a participação de advogados de Lisboa e do interior do país para debater a candidatura de Marinho Pinto. Para já, o candidato destaca, entre algumas das principais ideias que se dispõe a defender, a de que «a Ordem não é um sindicato» e a de que «a administração da Justiça tem de ser feita ao serviço do cidadão», ao contrário do que «hoje acontece». O advogado considera ainda que a Justiça «está pior do que já estava com a estrutura da actual Ordem dos Advogados». Porquê para o advogado há dois tipos de advocacia: «a que preenche a fatia de 95%, que é onde me incluo, que pratica com uma mala e uma toga, com serviço personalizado», defende o candidato. «É a restante, que nem sabe o que é a toga, que se move nos corredores do poder político e anda atrás de novas leis que não são pertinentes, a trabalhar em verdadeiras empresas de advocacia, num verdadeiro 'lobby' da advocacia». «A nossa profissão está decadente», continua o advogado. «Tem que haver uma contenção dos licenciados em Direito e



António Marinho Pinto defende a existência de 'numerus clausus' nas faculdades de Direito.

Linhas mestras da candidatura

- A advocacia como defesa dos interesses dos cidadãos e não dos juizes.
- Ruptura em relação às estruturas de servilismo e imobilismo da OA.
- A OA não é um sindicato.
- Combate à desjudicialização.
- Proibição dos sindicatos dos juizes e dos magistrados do Ministério Público.
- A Justiça está pior com a estrutura da actual OA.
- Há uma parcela da advocacia que promove interesses de ordem política e empresarial, num verdadeiro 'lobby' da advocacia.
- Contenção dos licenciados na luta contra a massificação da advocacia.
- Reformas da Justiça deste governo são contra os interesses dos cidadãos.
- Crítica da Reforma da Acção Executiva.
- Crítica do novo Código das Custas Judiciais.

Fortes críticas à magistratura

António Marinho Pinto foi afastado, já este ano, da presidência Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, depois de ter dirigido publicamente fortes críticas ao poder dos magistrados judiciais. O Conselho Geral da Ordem decidiu então afastar o advogado do cargo, considerando o cariz muito grave das declarações feitas pelo advogado sobre a magistratura. Críticas que manteve na entrevista ao DE. «Tudo na Justiça está organizado para celebrar os interesses da nossa magistratura», acusa sem rodeios o candidato. «É não nos podemos esquecer que a verdadeira função de um advogado é a defesa dos interesses dos cidadãos e não dos que estão nos tribunais», defende. Na opinião de Marinho Pinto, «é preciso inverter o ciclo do funcionamento do sistema judicial e combater a

vo lutar contra essa maximização da advocacia, com a existência de 'numerus clausus'. Porque há universidade de direito de vão de escada», explica.

Marinho Pinto defende que a profissão está com uma concorrência feroz e selvagem e as universidades «são livres de enganar quem quiserem, mas não digam aos jovens licenciados que há saí-

das profissionais, porque isso desqualifica a profissão», defende.

«As reformas na Justiça têm sido feitas contra os cidadãos e contra os advogados, com a Ordem agachada aos interesses dos magistrados», disse o candidato a bastonário. Na sua opinião, a reforma da acção executiva «escorrega os pequenos credores dos

O candidato a bastonário defende que a situação da Justiça piorou «a olhos vistos» com o actual bastonato de José Miguel Júdice.

desjudicialização que está a escorregar os cidadãos dos tribunais». O advogado António Marinho Pinto defende ainda que os sindicatos dos juizes e dos magistrados do Ministério Público deviam ser proibidos, e defende a «proibição constitucional daqueles sindicatos, alegando que a sua acção subverte o Estado de Direito». Os juizes e os magistrados do MP «organizam-se em sindicatos para quê?», questionou o candidato, ao reiterar antigas críticas à intervenção pública da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. Para o advogado de Coimbra, juizes e procuradores da República «não têm direito a sindicato, pois não são proletários, nem trabalhadores por conta de outrem», devendo a Constituição acolher no futuro essa proibição. **F.A.S.**

tribunais», enquanto, por outro lado, «os direitos de família são atirados para as conservatórias». «A justiça faz-se nos tribunais», reclamou António Marinho.

O advogado defende ainda que a Ordem dos Advogados tem de estar na vanguarda das reformas da Justiça e não vinculada ao imobilismo da magistratura», conclui o candidato.